

20/02/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Foco de tensão I](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Barriga...](#)

[A distância](#)

O GLOBO - RJ

[O sonho de dar aulas](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Em evento, secretária do MEC adota tom cauteloso e evasivo](#)

Imprensa Estadual

DESTAK

[Chance de estudar agiliza ascensão de filhos de `pais pobres](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[IFRS adia início das aulas no campus Porto Alegre para regularizar](#)

Agências de notícias e sites

MAIS GOIÁS - GO

[Robson Vieira assume a Presidência da Fapeg](#)

AGÊNCIA FOLHA

[MEC interrompe discussões em Conselho Nacional sobre formação de professores](#)

[Saiba como identificar se seu diploma é reconhecido ou falso](#)

G1

[Pais de alunos dizem que mato está invadindo escola em Valença do Piauí](#)

[MEC diz que vai analisar proposta de mudança na formação de professores feita na gestão Temer](#)

METRÓPOLES

[Medicina e nutrição do UniCeub conquistam nota máxima no MEC](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC paralisa discussão de plano para formar professor](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC paralisa discussão de plano para formar professor](#)

Agências de notícias e sites

ANDIFES

[UFPB e Universidade da Suécia avançam em parceria](#)

GAZETA DA PARAÍBA

[Oficial do 4º BPM é convidado a ser parecerista de revista científica](#)

PORTAL AMAZÔNIA

[Rotas migratórias de peixes podem ser afetadas por hidrelétricas no Tapajós](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Projeto responsabiliza gestor que não repassar recurso do Fundeb para educação especial](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MPF do Rio pede cancelamento de matrícula de alunos da Unirio e da UFRJ por fraude em cotas](#)

[MEC volta atrás sobre método fônico para alfabetização](#)

G1

[Bióloga brasileira ganha prêmio internacional de conservação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC quer rever plano de formação de professor, diz ex-secretária](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

[Vélez pede desculpas por declaração feita](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[UFRR cria comissão após denúncia de fraude em cotas](#)

[Colégio de Aplicação oferta nove vagas para estudantes](#)

Agências de notícias e sites

BLOG QUARTO PODER

[Pescadores indicam rotas migratórias de peixes que podem ser afetados por hidrelétricas no Tapajós](#)

FOLHA PA

[Estudo aponta que instalação de hidrelétricas no Tapajós pode afetar a reprodução de espécies migratórias](#)

G1

[Estudo aponta que instalação de hidrelétricas no Tapajós pode afetar a reprodução de espécies migratórias](#)

JORNAL OESTE

[Unemat forma turmas de especialização a distância](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Nova chamada é aberta para expedição na costa brasileira](#)

DIÁRIO DA MANHÃ-RS

[Matrículas no Sisutec terminam hoje](#)

FOLHA MT

[Estudo aponta que instalação de hidrelétricas no Tapajós pode afetar a reprodução de espécies migratórias](#)

G1

[Estudantes de escola em Porto Velho estão sem merenda escolar há quatro dias](#)

[Servidores da rede municipal de ensino entram em greve em Mathias Lobato](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Política de alfabetização não deve se pautar em metodologia única, diz MEC](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF

Foco de tensão I

A comissão de Transparência do Senado já foi identificada como aquela em que o governo terá de ter muito cuidado. Foi lá que a oposição conseguiu esticar o episódio envolvendo o ex-ministro Gustavo Bebianno, depois de uma bate-boca entre a senadora Elisiane Gama (PPS-MA) e o senador Major Olímpio (PSL-SP).

Foco de tensão II

Outro ponto que promete dar dor de cabeça ao governo é a Lava-Jato da Educação. O DEM já enviou um recado ao Planalto: não dá para deixar esse assunto contaminar o clima para as reformas.

Por falar em Educação...

A propósito da nota publicada no domingo, na parte sobre a reunião entre o ministro da Educação, Ricardo Vélez, e representantes das entidades que compõem o Fórum de Ensino Superior, o Ministério da Educação esclarece que não houve constrangimento

algun durante o encontro, na quarta-feira passada. Na oportunidade, inclusive, foi estabelecido entre o MEC e o setor privado de educação superior uma parceria para trabalhar em prol do desenvolvimento da educação brasileira. A coluna considera, portanto, que o assunto está esclarecido definitivamente.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Barriga...

A convocação dos ministros da Educação, Ricardo Vélez, e da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, também foi pauta da esquerda apoiada por deputados do centro para mostrar insatisfação.

» ...de aluguel. Azevedo e Silva disse que compareceria sem problemas e acabou poupado. Os deputados da oposição converteram a convocação em convite.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO BROAD

A distância

A Ancord, associação que representa corretoras e distribuidoras de valores mobiliários, acaba de lançar seu Programa de Ensino a Distância para atender a público variado e interessado em conhecer mais sobre finanças, investimentos, contabilidade e empreendedorismo. A entidade oferece, por enquanto, três opções de cursos: gestão de risco, derivativos e prevenção à lavagem de dinheiro (PLD). A meta é expandir para nove as opções de cursos até junho.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

O sonho de dar aulas

Sabe o restaurador Cláudio Valério, um dos maiores do país? Há 11 anos, ele fez prova para ser professor da UFRJ e tirou o primeiro lugar. Mas entrou quem ficou em segundo. Na segunda, agora, ufa!, ele tomou posse no cargo, por determinação do STF. Aos 70 anos, Valério vai realizar o sonho de dar aula por, pelo menos, cinco anos na federal do Rio.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Em evento, secretária do MEC adota tom cauteloso e evasivo

A primeira fala pública da secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Tania Leme de Almeida, foi recebida com cautela e certa decepção por entidades e especialistas sedentos por sinalizações. Em sabatina de cerca de 45 minutos realizada ontem pelo movimento Todos Pela Educação, em São Paulo, Tania evitou assumir posições e foi evasiva quanto ao andamento de políticas iniciadas em governos anteriores, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referência para a mudança nos currículos da educação básica.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6126879/em-evento-secretaria-do-mec-adota-tom-cauteloso-e-evasivo>

topo ↕

DESTAK - BRASIL

Chance de estudar agiliza ascensão de filhos de `pais pobres

Estudo da FGV revela que indicador que associava rendimentos de duas gerações despencou 20 pontos de 1996 a 2014

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que, entre 1996 e 2014, a ascensão socioeconômica de filhos de pais pobres aumentou no Brasil – e que o acesso à educação tem ligação direta com esse resultado.

O pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da FGV Daniel Duque, autor da pesquisa, explica que famílias pobres têm renda inferior à média nacional, e a tendência é que essa defasagem diminua de geração a geração, mas com avanços muito lentos – ao contrário do que ocorreu no período analisado. “Se antigamente, as famílias pobres tinham renda 60% menor que a média, era esperado que a geração seguinte tivesse renda 45% menor, depois 30%.

A associação da renda do pai pobre com a do filho pobre chegava a 75%, mas, entre 1996 e 2014, essa medida caiu para 55%”, explica. O estudo teve como base uma pergunta especial inserida na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, em 1996 e 2014.

Os entrevistados responderam sobre a escolaridade e a ocupação dos pais aos 15 anos, o que permitiu estimar a renda e fazer as comparações. “Verificamos que a renda dos filhos é cada vez menos parecida com renda dos pais”, conta Duque. Segundo ele, o acesso à educação pesou no resultado em função da ampliação da oferta de vagas na Educação Básica iniciada nos anos 90.

De acordo com o Ministério da Educação, em 1980, 80,1% das crianças de 7 a 14 anos estava na escola. Em 2011, eram 97,6%. “Simulei como teria sido caso sem a universalização do ensino, e o avanço seria menos da metade do que foi”, diz o pesquisador. Hoje, conforme o IBGE, 5% das crianças e adolescentes estão fora da escola: 2 milhões de pessoas. Isso acende um alerta.

Segundo o economista, para que a desigualdade social do Brasil caia é preciso melhorar a qualidade do ensino público e criar políticas públicas eficazes para reduzir a evasão escolar, que afasta jovens de famílias mais pobres dos Ensinos Médio e Superior.

topo 

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES

IFRS adia início das aulas no campus Porto Alegre para regularizar

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) decidiu adiar por tempo indeterminado o início do ano letivo, que começaria nesta quarta-feira (20), no campus em Porto Alegre. Em nota, o IFRS informou que a decisão foi tomada como "medida de prevenção e cuidado com a segurança da comunidade que circula pelo local", uma vez que o campus não concretizou todas as ações previstas no Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI).

No texto, o IFRS informou que o PPCI do campus - localizado na rua Coronel Vicente, 261, no bairro Centro Histórico da Capital - possui certificado do Corpo de Bombeiros e encontra-se em fase de implantação. No entanto, o instituto não teve recursos para viabilizar no ano passado todas as medidas previstas. "Para 2019, o IFRS também não contará com recursos suficientes, considerando o que está previsto no orçamento anual da instituição", informa.

O IFRS explica que enviou um ofício à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC) solicitando do governo federal

recursos extras para realizar as ações previstas no PPCI.

Uma portaria divulgada na última sexta-feira (15) já confirmava o adiamento do início das aulas, apontando problemas relacionados à infraestrutura do campus, especificamente à prevenção contra incêndio, como justificativa para a decisão. Segundo o documento, "até a verificação das condições do campus por autoridade competente", as atividades acadêmicas do primeiro semestre estão suspensas.

A equipe de engenharia da instituição orçou em R\$ 1,2 milhão o custo para a realização das obras de adequação. A instituição mantém as atividades administrativas e o funcionamento de setores em horário reduzido, das 8h às 14h, como forma de diminuir custos. Demais atividades agendadas no local também estão suspensas, até segunda ordem.

Os campi do IFRS em Canoas, Rio Grande, Viamão, Veranópolis e Vacaria começaram as aulas na segunda-feira (18). Localizado também em Porto Alegre, o campus Restinga da instituição voltou às atividades acadêmicas no dia 11 deste mês. A suspensão do início das aulas não se estende a outros campi da instituição.

topo ↕

MAIS GOIÁS - GO - TEMPO REAL

Robson Vieira assume a Presidência da Fapeg

Pesquisador é da área de Engenharia Elétrica e foi nomeado pelo governador Ronaldo Caiado na última sexta-feira

O pesquisador Robson Domingos Vieira tomou posse como presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). A nomeação, por parte do governador Ronaldo Caiado, foi publicada no suplemento do Diário Oficial do Estado (DOE) do dia 8 de fevereiro de 2019.

A Fapeg atua no fomento às atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Estado, conforme explicitado na Lei nº 15.472, de 12 de dezembro de 2005 – a Lei de Criação da Fapeg. A Fundação possui personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira prevista na lei, e orçamento vinculado à receita líquida do Estado, na proporção de 0,5%, estabelecida na Constituição do Estado de Goiás de 1989, nos arts. 158 e 168.

Dentro do escopo de suas atividades, a Fapeg atua no financiamento de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação e no incentivo à capacitação de recursos humanos para a ciência e tecnologia, por meio de bolsas em diversos níveis de formação. Trabalha, também, na integração entre o setor empresarial e as instituições de pesquisa e desenvolvimento; no estabelecimento de parcerias com órgãos federais de fomento à pesquisa (CNPq, Finep, **Capes**, entre outros), parcerias com outras Fundações de Amparo à Pesquisa no Brasil (FAPs) e entidades científicas de todo o mundo. E, ainda, na fixação e consolidação de grupos de pesquisa científica e tecnológica e na indução de programas especiais de pesquisa e inovação, com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Goiás.

De acordo com o presidente da Fapeg, Robson Vieira, a Fundação vem contribuindo para o crescimento da pesquisa realizada em Goiás, que hoje é reconhecida em todo o País e internacionalmente. Segundo ele, a nova gestão deverá ser pautada no

crescimento do fomento à pesquisa aplicada e voltada à inovação e na continuidade de ações. “Vamos trabalhar para honrar os compromissos assumidos, colocar os pagamentos em dia e fazer avançar especialmente a questão da pesquisa aplicada e da inovação. Teremos um olhar especial para a ciência que gera conhecimento, riqueza e desenvolvimento para nosso Estado”, ressalta.

Currículo

Robson Domingos Vieira é engenheiro elétrico, graduado pela Universidade Federal de Goiás – UFG (1998), com mestrado e doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC RJ (2001 e 2005). Entre 2002 a 2005, trabalhou como pesquisador assistente no Centro de Estudos em Telecomunicações (Cetuc) e realizou diferentes projetos de pesquisas para a Nortel e a Claro. Em 2005, ingressou no Instituto Nokia de Tecnologia como pesquisador especialista, onde permaneceu até 2018, tendo trabalhado em diferentes projetos de pesquisas aplicada com a Nokia CIC, a Nokia Research Center (NRC) e a Microsoft em GERAN/WiMAX/LTE/LTE-A/5G e Wi-Fi, e em atividades regulatórias do uso do espectro na Europa (TV White Spaces) e a padronização das tecnologias GERAN (3GPP), WiMAX (IEEE 802.16m) e WLAN (IEEE 802.11ax). Atuou também como pesquisador associado da Universidade de Brasília (UnB), de 2006 a 2010.

Em 2010, assumiu o cargo de Gerente de R&D no Instituto Nokia e tinha como a principal atividade desenvolver equipes de alto desempenho para atender as atividades de padronização da Nokia e gerar um número expressivo de patentes. Em 2013, atuou como gerente de Linha e foi responsável pela área Hardware & Conectividade no Instituto Nokia composta por 48 engenheiros com diferentes expertises e dois laboratórios (Telecom e Hardware), distribuídos em três cidades: Brasília, Manaus e São Paulo. Em 2014, atuou como Head of Technology do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico com a responsabilidade de liderar e definir a direção tecnológica da empresa através de um roadmap tecnológico, de um portfólio de projetos e parcerias com as universidades.

Em 2016, Robson Vieira fundou a Ektrum com outros especialistas em tecnologia, empresa na qual desenvolve pesquisa aplicada, produtos e consultoria em diversos tópicos relacionados a sistemas 4G/5G. Foi responsável também pelo planejamento estratégico da empresa e desenvolvimento de negócios. Autor de mais de 50 artigos em revistas e conferências nacionais e internacionais na área, com 9 patentes depositadas ou concedidas, e várias contribuições em fóruns internacionais de regulação e padronização (ITU, CEPT/ECC, IEEE, 3GPP).

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**MEC interrompe discussões em Conselho Nacional sobre formação de professores
Governo pediu texto que já estava em discussão no CNE para nova análise**
Brasília

O Ministério da Educação do governo Jair Bolsonaro (PSL) vai interromper as discussões no CNE (Conselho Nacional de Educação) do projeto para reformular a formação de professores. A pasta pediu de volta o texto da discussão.

A chamada de Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica havia sido levada para o CNE em dezembro passado, no fim do governo Michel

Temer.

Segundo o MEC, o pedido foi feito porque a atual gestão quer ter ciência e participar do processo de formulação da Base. "Só depois da análise do documento —que foi entregue ao CNE pela gestão anterior no apagar das luzes— é que o MEC decidirá se fará ou não alterações", diz nota da pasta.

O principal objetivo do documento é orientar as faculdades para a adequação de seus cursos de formação docente ao previsto na Base Nacional Comum Curricular (que define o que os alunos devem aprender na educação básica). Também pretende tornar essas graduações mais práticas.

A iniciativa da gestão Bolsonaro era esperada inclusive por membros do conselho. A própria gestão Temer tratava a versão como um "pontapé inicial".

O CNE, no entanto, já articulava uma agenda de reuniões para a discussão da proposta. A secretária de Educação Básica do MEC, Tânia Leme de Almeida, havia tratado do assunto no conselho —como titular dessa subpasta, Tânia faz parte do CNE.

O MEC deve reformular o texto para encaminhá-lo novamente ao CNE. Em seu programa de governo, Bolsonaro prometeu modificar a Base Nacional da educação básica, mas não há confirmação se isso ocorrerá. Também não há informações sobre a postura relacionada à formação docente, embora um foco maior em alfabetização seja uma das diretrizes.

No texto finalizado pela equipe do ex-ministro Rossieli Soares previa-se, entre outras coisas, que o aluno de licenciatura, e futuro professor, passe um dia da semana em uma escola —modelo inspirado na residência médica. Essa atividade seria supervisionada. Assim, o estágio hoje obrigatório seria substituído por essa residência educacional.

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Saiba como identificar se seu diploma é reconhecido ou falso

Confira oito pontos a se atentar antes de se inscrever em um curso superior

São Paulo

A história começa com o sonho de cursar uma faculdade. Quando a vontade encontra a oportunidade —e uma oferta atrativa— parece ser o momento perfeito para dar o primeiro passo rumo à graduação. Muitas vezes, no entanto, o que era para ser uma conquista pessoal acaba virando pesadelo. O motivo: um diploma falso. Diante de um diploma que parece acessível ao bolso e à rotina, poucos se questionam sobre a regularidade da instituição para ofertar aquele curso.

Não raro alguém é vítima de falsários. Na educação, um dos casos mais emblemáticos é do professor Wemerson Nogueira. Ganhador do Prêmio Educador Nota 10, em 2016, e um dos finalistas do Global Teacher Prize (considerado o Nobel da Educação), em 2017. No mesmo ano, ele foi acusado de falsificação de documentos após ter apresentado um diploma ilegítimo em uma seleção de professores da Secretaria de Educação do Espírito Santo (Sedu). O professor alegou ter sido enganado pela Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), responsável pela emissão do diploma.

Em agosto de 2018, a Corregedoria da Sedu concluiu que Wemerson usou diplomas

falsos para conseguir um cargo na rede pública estadual de ensino. Segundo a investigação, ele nem mesmo se matriculou na instituição onde dizia ter se formado. No entanto, na época, o professor reafirmou ter sido vítima de falsificadores de diploma e que recorrerá à decisão.

Não há uma fórmula pronta para evitar ser vítima do golpe do diploma falso, mas há detalhes que merecem atenção —e desconfiança. Confira abaixo algumas dicas úteis antes de escolher sua próxima graduação:

1) Pesquise: é fácil e rápido

Antes de tudo, é fundamental verificar se a instituição é credenciada pelo Ministério da Educação, seja faculdade, universidade ou centro universitário. Para isso, basta acessar o sistema e-MEC, que é o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior. De acordo com o MEC, o credenciamento é exigido por lei para o funcionamento de qualquer instituição. Ou seja: sem isso, a instituição de ensino fica proibida de oferecer qualquer tipo de curso superior de graduação ou pós-graduação. “Buscar uma instituição credenciada e regular traz segurança ao estudante e garante uma formação de qualidade”, garante o ministério.

2) Redobre a atenção se o curso for EaD

Em pedagogia, o fato da grande oferta na modalidade Educação a distância (EaD) é um agravante, já que muitos estudantes nunca têm contato presencial com o espaço ou pessoal da instituição. Pedagogia é o curso mais ofertado à distância, conforme o último Censo da Educação Superior. Em 2017, dos 2.108 cursos EaD oferecidos, 174 foram de pedagogia, empatando com ciências da educação. “Com base na quantidade de denúncias que temos recebido desde que o Conselho começou a atuar, há cerca de um ano, a modalidade dá maior margem para a prática ilegal de concessão de diplomas falsos”, diz Geraldo Paiva, presidente do Conselho Federal de Educadores e Pedagogos (CFEP). O Conselho, no entanto, ainda não tem contabilizados números exatos sobre a quantidade de vítimas no país.

3) Atente-se à duração do curso

Atualmente há três formas de cursar uma graduação: presencial, semi-presencial (uma parte online e a outra com encontros presenciais) e EaD (online). Se um curso que costuma durar quatro anos ao longo de 200 dias letivos está sendo ofertado por menos de duas mil horas, desconfie. Em pedagogia, por exemplo, para se graduar é necessário fazer estágio supervisionado de 400 horas em qualquer uma das três modalidades. A carga horária dos cursos regulamentados pelo MEC varia entre 2.800 e 3.200 horas.

4) Investigue se há estágio obrigatório

O presidente do CFEP orienta os estudantes a ficarem atentos às condições dos polos, que são extensões das universidades que oferecem o curso na modalidade EaD. “Ainda existem muitos polos que atuam em desconformidade com o previsto em lei”, explica Geraldo Paiva. No caso dos cursos de pedagogia e licenciatura, por exemplo, o estágio é obrigatório para obtenção no diploma. “Quando não há a exigência de estágio, é mais fácil detectar essa irregularidade.”

5) Uma letra faz diferença

É dever de cada cidadão procurar uma universidade séria e credenciada, segundo Geraldo. “Uma dica importante é prestar atenção no nome da instituição, que muitas

vezes tenta imitar a nomenclatura de instituições renomadas, mas muda uma letra”, observa o presidente do CFEP. A semelhança da nomenclatura pode ter o intuito de induzir o estudante ao erro. Fique ligado!

6) Se parecer bom demais pra ser verdade, desconfie

Outro ponto é desconfiar se a oferta parecer “boa demais para ser verdade”.

Mensalidades baixas demais e carga horária menor do que a exigida são sinais vermelhos na hora de escolher onde estudar. “A pessoa está caindo no golpe quando sente que está tendo benefícios, que nada mais são do que promessas que nunca serão cumpridas pelos golpistas”, alerta Geraldo.

Um motivo a mais para ficar atento é o fato de que os falsários trabalham, cada dia mais, com meios sofisticados de falsificação, segundo Rogério Sanches Cunha, e por isso acabam vitimando pessoas mais humildes. “É muito importante consultar o e-MEC, que além de ter todas as instituições credenciadas também disponibiliza uma lista de estabelecimentos para ser evitados. Sempre recomendo fazer uma pesquisa antes de se matricular no curso”.

7) Atente-se aos detalhes

O diploma possui muitos carimbos? Desconfie. O presidente do CFEP, Geraldo Paiva, afirma que muitos carimbos atrás do diploma podem significar um documento falso.

Outra suspeita, segundo Paiva, é a plastificação do diploma. “Não existe diploma plastificado, por isso, se você se deparou com um assim, provavelmente trata-se de uma falsificação”.

8) Em caso de suspeita, denuncie

Por fim, se você acredita que possa ser uma vítima do diploma falso ou que alguma instituição possa estar praticando essa ilegalidade, faça uma denúncia aos órgãos fiscalizadores, como o próprio Conselho Federal de Educadores e Pedagogos e o Ministério Público do estado no qual a instituição de ensino se encontra. O promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MPSP), Rogério Sanches Cunha, assegura que o órgão está atento aos casos de diplomas falsos e que a incidência é, de fato, grande, principalmente nos cursos de pedagogia. “As denúncias chegam até nós de diversas formas, por meio de entidades de classe e conselhos profissionais, por exemplo, mas geralmente elas vêm pelos próprios estudantes prejudicados”, afirma.

Rogério explica que a atuação do MP nesses casos é realizar, no mínimo, duas investigações: criminal e civil. Isso porque “com certeza não teremos só uma pessoa lesada, mas sim um número indeterminado de vítimas, o que gera um inquérito civil”. O crime é tipificado como estelionato ou, dependendo da estrutura, associação ou organização criminosas, levando a penas que vão de 5 a 8 anos.

Além da dor de cabeça, os danos para quem é vítima de falsários também são psicológicos. O promotor de Justiça reforça que o caminho é a prevenção. “Precisamos, cada vez mais, democratizar a informação de que em nome daquela instituição foram emitidos diplomas falsos, mas é importante, também, se atentar para o fato de que a própria instituição pode ser vítima de falsários.”

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pais de alunos dizem que mato está invadindo escola em Valença do Piauí

Segundo os pais, a escola está tomada por mato e tem problemas nas salas e banheiros. A Secretaria de Educação disse que não recebeu contato da gestão da escola para fazer reparos.

Preocupados com a situação da Unidade Escolar Agenor Veloso, localizada no interior de Valença do Piauí, 210 km ao Sul de Teresina, pais de alunos denunciaram o cenário precário da escola, onde o mato toma conta de parte das dependências do lugar, e apresenta sujeira e falhas na estrutura. As aulas começaram nessa segunda-feira (18), mesmo com os problemas.

A Secretaria Municipal de Educação de Valença do Piauí informou por meio de nota que a escola recebe recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para realizar reparos, e que é de inteira responsabilidade da direção da unidade a aplicação devida dos recursos. Segundo a secretaria, a gestão da escola não enviou nenhuma solicitação formal para a prestação dos serviços.

“Sempre que recebemos um ofício de uma escola com necessidades mais urgentes. Nunca deixamos de atender, mesmo sabendo que essas escolas possuem recursos do PDDE para realizar tais demandas. Não há nenhuma solicitação de reparo nesse ano. Sempre que há, atendemos dentro do que é possível. Afinal a gestão é compartilhada”, comunicou Kássio Gomes, Secretário de Educação de Valença.

Pais de alunos da Unidade Escolar Agenor Veloso procuraram o G1 para informar das condições da escola. Eles relataram que a unidade não tem condições de iniciar o ano letivo por falta de limpeza e reparos nas estruturas.

“A situação é muito tensa. A gente tem que passar por cima do mato para entrar na escola. Você sai de lá cheio de carrapichos. Parece um pasto, de tanto mato.”, comentou Natanael Sousa, pai de duas alunas matriculadas na escola, de 3 e 5 anos. Segundo ele, a escola tem pisos e paredes rachadas, banheiros sujos, portas enferrujadas, quebradas.

“Passam as férias e quando voltam as aulas, nem uma pintura fizeram, um reparo de nada sequer. Até hoje fui deixar minhas filhas na escola e o mato estava lá. Estamos indignados”, disse Natanael.

Edileusa Sousa é mãe de uma menina de três anos que estuda na escola, e teme que o matagal possa ajudar na proliferação de insetos e animais peçonhentos, e consequentemente colocar em risco a saúde da criança.

“O mato é tão grande que dá pra cobrir uma pessoa com as mãos pra cima. Sem falar que pode acumular bichos, lacraias, cobras, mosquitos, todo tipo de insetos. Tenho medo da minha filha se machucar e ficar doente. Dentro da escola também é complicado, e quando chove principalmente. É precária a situação”, lamentou.

O vídeo mostra tanto o interior quanto exterior da escola tomada por muito mato, banheiros sujos com portas quebradas. A escola fica localizada na região de Tabuleta, Zona Rural de Valença do Piauí. A escola atende turmas de ensino fundamental e médio. De acordo com os pais, a área mais afetada é a do fundamental, que atende crianças a partir dos três anos de idade.

A direção da escola esclareceu que não protocolou nenhum ofício à Secretaria de

Educação, mas acionou a Secretaria de Obras para fazer a limpeza e que iniciaram os trabalhos ainda nesta segunda-feira (19). Informou ainda que a denúncia é infundada, e causou surpresa na gestão. Alegou que as imagens enviadas pelos pais são do período passado.

Confira a íntegra da nota da Secretaria de Educação de Valença

A escola fica às margens da BR 316. O mato que fica às margens sempre é retirado pelo Município ou pela gestão da própria escola que recebe recursos do PDDE para fazer tais reparos. A Secretaria de Educação complementa esses reparos quando os recursos da escola são insuficientes. No entanto, até o presente momento, não houve nenhum pedido formal, nem mesmo por telefone, solicitando serviços complementares na referida unidade por parte da direção.

Os recursos do PDDE que cada escola recebe devem ser para fazer reparos básicos, pois o mesmo cai direto na conta da escola.

O que é o PDDE?

O PDDE consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse.

Há escolas no município cujos diretores são exemplos em gestão e que usam os poucos recursos de maneira eficiente. A Unidade Escolar Jaime Lima Verde, por exemplo, já climatizou quase todas as salas de aula da escola, fez novos banheiros para atender aos professores, mantém a sua frente sempre limpa, muros pintados, enfim. A Unidade Escolar João Calado e Joaquim Manoel da mesma maneira, além de outras que se situam tanto na zona urbana quanto na Zona Rural.

*José Marcelo, estagiário sob supervisão de André Nascimento

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC diz que vai analisar proposta de mudança na formação de professores feita na gestão Temer

Documento da Base Nacional de Formação de Professores havia sido entregue em dezembro ao Conselho Nacional de Educação para debate e aprovação até o fim de 2019, mas ele agora será revisto pela nova gestão do MEC.

O Ministério da Educação anunciou que vai rever a proposta de mudanças na formação dos professores da educação básica feita na gestão do ex-presidente Michel Temer. O documento, chamado de Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica (BNC Formação de Professores), havia sido entregue em dezembro ao Conselho Nacional de Educação (CNE), e a expectativa era que ele fosse avaliado e aprovado ainda em 2019.

A gestão do ministro Ricardo Vélez Rodríguez confirmou, na noite desta terça-feira

(19), que pediu que o documento fosse reenviado de volta ao MEC.

Procurado pelo G1, o MEC afirmou, em nota, que não está definido se o documento apresentado pela gestão anterior será alterado ou mantido.

"O pedido foi feito porque a atual gestão do MEC quer ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base. Só depois da análise do documento – que foi entregue ao CNE pela gestão anterior no apagar das luzes – é que o MEC decidirá se fará ou não alterações", diz a nota.

A pasta ressaltou, ainda que o documento "foi encaminhado para início de discussão e que, portanto, não foi homologado".

Prazo de aprovação

O trâmite da BNC Formação de Professores tem início no MEC, que é responsável pela elaboração da proposta, mas passa por um longo processo de avaliação, discussão, audiências públicas e aprovação no CNE. Então, ele retorna ao MEC, que homologa o documento para que ele passe a vigorar.

Em dezembro, o relator da base no CNE, Mozart Neves Ramos, havia afirmado que o cronograma de trabalho seria definido no início do ano, mas que a expectativa era aprovar o documento até dezembro deste ano. Com o pedido do MEC para revisar a proposta, Neves disse ao G1 que a mudança "não necessariamente" vai atrasar o prazo de aprovação para depois de 2019.

"Vamos continuar o nosso trabalho internamente no CNE, de conhecer experiências internacionais, palestras com especialistas... Enquanto aguardamos o MEC", explicou ele. Segundo o relator, o MEC não estipulou prazo para finalizar a revisão, mas "houve o compromisso de um trabalho integrado com o CNE".

MEC divulgou proposta para uma base comum para reformar a formação de professores em dezembro de 2018 — Foto: Reprodução/MEC
MEC divulgou proposta para uma base comum para reformar a formação de professores em dezembro de 2018 — Foto: Reprodução/MEC

MEC divulgou proposta para uma base comum para reformar a formação de professores em dezembro de 2018 — Foto: Reprodução/MEC

Proposta da gestão Temer

No documento enviado pela gestão passada do MEC ao CNE, havia propostas tanto para alterar a carreira de pedagogia quanto para mudanças nos programas de licenciatura e no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Entre as principais mudanças propostas estão:

- a criação de um instituto nacional de formação de professores para centralizar ações de acreditação de cursos, formulação de políticas avaliação e monitoramento
- a substituição das horas de estágio por uma residência pedagógica desde o primeiro semestre do curso
- a aplicação anual do Enade para as licenciaturas, que seja obrigatório para que o

estudante possa dar aulas

a criação de um estágio probatório para professores novatos, sob a mentoria paga de professores mais experientes
a redefinição da formação continuada no âmbito das secretarias estaduais e municipais, criando quatro níveis de proficiência
a instituição de avaliações ao longo da carreira docente
a atualização das diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura e de pedagogia pelo CNE; no caso da pedagogia, a proposta do MEC é dividir os quatro anos de graduação em três etapas distintas de formação

Maria Helena Guimarães Castro, que foi secretária-executiva da gestão Temer até o início de 2018, atualmente presidente da comissão do CNE responsável pela análise e aprovação da nova base.

Nesta terça (19), ela afirmou, durante o Seminário Internacional Educação Já, promovido pelo Movimento Todos pela Educação, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), que a proposta, que começou a ser elaborada na gestão do ministro Mendonça Filho, e foi finalizada na gestão de Rossieli Soares, é "muito importante e muito bem feita".

De acordo com ela, a formação e a carreira de professores "são aspectos centrais de uma política de melhoria da qualidade e de mais equidade na educação brasileira. Isso pra mim é o maior ganho do debate acumulado nos últimos anos", destacando que esses são temas que têm "urgência e relevância".

Segundo especialistas ouvidos pelo G1 na época, colocar professores mais preparados nas salas de aula brasileiras é uma tarefa que envolve maior diálogo entre as universidades e as escolas, mas também maior participação da direção das universidades na reforma dos cursos de pedagogia e licenciatura.

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Medicina e nutrição do UniCeub conquistam nota máxima no MEC

Pontuação avalia qualidade e condições dos cursos. Educação física, contabilidade e relações internacionais também são nota 5

Realizar uma graduação de ensino superior em uma instituição com credibilidade e tradição é o desejo de todos os estudantes. Por isso, observar a nota conferida pelo Ministério da Educação (MEC) é importante, já que essa métrica é a principal referência para a escolha de um bom curso. Somente desse modo a formação do aluno poderá ser completa e bem direcionada, a ponto de prepará-lo para o mercado de trabalho.

Entre os cursos da área da saúde, medicina e nutrição figuram na lista dos mais procurados pelos vestibulandos. Recentemente, as duas graduações do Centro Universitário de Brasília (UniCeub) receberam nota máxima do MEC nos indicadores que avaliam a qualidade e as condições de oferta, como corpo docente, infraestrutura e recursos didáticos. O coordenador do curso de medicina, Manoel Modelli, avalia que ver o curso se tornar referência no país traz uma responsabilidade ainda maior para a instituição. A graduação, que foi lançada em 2013, verá em julho deste ano a formação da primeira turma de médicos.

A nota máxima na avaliação reforça a consolidação e a credibilidade da instituição nas

áreas de saúde, exatas e humanas em todo o país. Para a coordenadora de nutrição, Karina Aragão Mendonça, o curso oferece o que há de melhor para a aprendizagem dos alunos “Isso é reflexo do trabalho. Significa que atingimos nosso objetivo como gestores e mostra para os alunos que eles podem esperar a excelência na graduação superior”, comemora.

Infraestrutura e aprendizagem

Na nutrição, os alunos experimentam a vivência em clínicas, projetos de extensão, experiências em creches, escolas, lares e hospitais. Além disso, o UniCeub é o único centro universitário do Distrito Federal que possibilita estágio supervisionado na área de nutrição esportiva.

Na avaliação das amigas Carolina Miranda, 20, e Maria Olívia Araújo, 21, estudantes do 4º semestre, as oficinas práticas ajudam a consolidar teoria e prática. “Aprendemos a criar receitas saudáveis e a montar cardápios. Além disso, é interessante essa mescla da gastronomia com a nutrição”, conta Carolina.

Para Maria Olívia, os ensinamentos obtidos em sala de aula e nas oficinas práticas já permitem aplicar o conhecimento com a família. “Sempre me interessei pela área. Após entrar [no curso], já no primeiro semestre, vi que fiz a escolha certa. Temos muitas aulas práticas e isso é excelente. Além do mais, busco testar e aplicar tudo o que aprendo em casa”, diz.

Já o curso de medicina utiliza uma moderna metodologia de aprendizagem baseada em problemas (Problem Based Learning, em inglês), em que os estudantes são desafiados a solucionar as mais diferentes adversidades. Para as aulas práticas, há simuladores com bonecos que imitam situações possíveis de serem encontradas no dia a dia, 12 salas de tutoria e um laboratório de ciências da saúde (Labocien) com 4.000 m², onde estudantes desenvolvem atividades em áreas como biologia celular, farmacologia, genética, enzimologia e imunologia. Também é disponibilizado um enorme acervo bibliográfico, com mais de 20 mil publicações do segmento.

Nossa metodologia de ensino é o que há de mais inovador em graduação superior. Desafiamos os alunos, que são estimulados a investigar a fundo cada situação”

Coordenador de Medicina, Manoel Modelli

Medicina e nutrição do UniCeub conquistam nota máxima no MEC

Tradição e modernidade

De acordo com o futuro médico Victor Costa Wichrowski, de 28 anos, as ótimas condições oferecidas diferenciam a instituição em nível nacional. “Aqui temos tudo o que precisamos. Além da tradição, da estrutura e dos profissionais, o modelo ativo de ensino aplicado é essencial para a aprendizagem”. O jovem está no 8º semestre do curso e ressalta a importância da proximidade entre professores e alunos.

Cursos nota 5

Inaugurado em 1968, o UniCeub tem como desafio manter o alto nível do ensino e estar sempre atualizado para melhor preparar os alunos para o mercado de trabalho. Para isso, o centro universitário busca inovar e se aperfeiçoar em todas as áreas de ensino. O aluno é incentivado a participar de projetos integrals, atividades extraclasse, cursos de extensão, palestras, congressos, intercâmbios acadêmicos, além de contar com a

possibilidade de complementar os estudos em universidades internacionais parcerias.

Além da medicina e da nutrição, os cursos de educação física, contabilidade e relações internacionais possuem nota 5 na avaliação do MEC. As demais graduações oferecidas pela instituição também estão bem ranqueadas pelo Ministério.

O UniCeub conta com 40 cursos de graduação superior, 750 professores no quadro de docentes e aproximadamente 22 mil estudantes matriculados. Durante os 50 anos de atuação, já formou mais de 100 mil profissionais para o mercado.

Centro Universitário de Brasília – UniCeub

Site: UniCEUB

Redes sociais: Facebook, Instagram e YouTube

Endereços: Campus I – Asa Norte: SEPN 707/907

Campus II – Taguatinga: QS 1, Lote 1/17, Rua 214

Central de atendimento à comunidade – Setor Comercial Sul, Quadra 1 – Edifício União

Telefone: (61) 3966-1201

E-mail: central.atendimento@uniceub.br

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC paralisa discussão de plano para formar professor

O Ministério da Educação (MEC) pediu de volta o plano para reformular a formação do professor, que já estava em fase de discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE).

O projeto, chamado de Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica, tinha sido apresentado em dezembro. Já havia até reuniões marcadas com especialistas para mostrar pesquisas sobre o tema.

A Base previa, entre outros pontos, que os futuros professores tivessem, desde o primeiro semestre da faculdade, atividades práticas em escolas. Esse é considerado por especialistas um dos principais problemas da carreira docente no Brasil.

O projeto também estabelecia que os professores fizessem uma prova de habilitação para docência ao fim do curso, experiência que tem tido êxito em vários países para selecionar os melhores profissionais para a carreira. O trâmite esperado seria o de o CNE discutir o projeto, que depois deveria voltar ao MEC para homologação.

Especialistas em educação ficaram surpresos ao saber da notícia, dada por conselheiros do CNE durante o seminário internacional Educação Já, realizado pelo movimento Todos pela Educação. “É natural que o novo governo queira entender melhor o projeto, mas me preocupa muito porque nós já estamos muito atrasados em políticas docentes”, diz a diretora do Centro de Excelência e Inovação da FGV e ex-diretora do Banco Mundial Claudia Costin.

Para a consultora em educação Mariza Abreu, que foi secretária de Educação do Rio Grande do Sul, o problema é que não se sabe agora quanto tempo vai demorar para se fazer uma nova política de formação docente, que é urgente.

Procurado, o MEC informou que “o pedido foi feito porque a atual gestão do MEC quer

ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”. “Só depois da análise do documento – que foi entregue ao CNE pela gestão anterior no apagar das luzes – é que o MEC decidirá se fará alterações.”

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC paralisa discussão de plano para formar professor

O Ministério da Educação (MEC) pediu de volta o plano para reformular a formação do professor, que já estava em fase de discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE).

O projeto, chamado de Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica, tinha sido apresentado em dezembro. Já havia até reuniões marcadas com especialistas para mostrar pesquisas sobre o tema.

A Base previa, entre outros pontos, que os futuros professores tivessem, desde o primeiro semestre da faculdade, atividades práticas em escolas. Esse é considerado por especialistas um dos principais problemas da carreira docente no Brasil.

O projeto também estabelecia que os professores fizessem uma prova de habilitação para docência ao fim do curso, experiência que tem tido êxito em vários países para selecionar os melhores profissionais para a carreira. O trâmite esperado seria o de o CNE discutir o projeto, que depois deveria voltar ao MEC para homologação.

Especialistas em educação ficaram surpresos ao saber da notícia, dada por conselheiros do CNE durante o seminário internacional Educação Já, realizado pelo movimento Todos pela Educação. "É natural que o novo governo queira entender melhor o projeto, mas me preocupa muito porque nós já estamos muito atrasados em políticas docentes", diz a diretora do Centro de Excelência e Inovação da FGV e ex-diretora do Banco Mundial Claudia Costin.

Para a consultora em educação Mariza Abreu, que foi secretária de Educação do Rio Grande do Sul, o problema é que não se sabe agora quanto tempo vai demorar para se fazer uma nova política de formação docente, que é urgente.

Procurado, o MEC informou que "o pedido foi feito porque a atual gestão do MEC quer ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base". "Só depois da análise do documento - que foi entregue ao CNE pela gestão anterior no apagar das luzes - é que o MEC decidirá se fará alterações."

ANDIFES - TEMPO REAL

UFPB e Universidade da Suécia avançam em parceria

O projeto de internacionalização da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) avança no campo da música. É que está sendo desenvolvido um intercâmbio entre a área de música da UFPB e a Escola de Música da Universidade de Örebro (Suécia). Os primeiros passos para a parceria já foram dados com a visita dos professores da UFPB, José Henrique Martins, Sandra Aquino e Felipe Avellar de Aquino à Universidade de Örebro.

A visita faz parte de um planejamento estipulado pelo Programa Lennaeus-Palme do Conselho de Educação Superior da Suécia, órgão financiador do Programa. De acordo com o professor Felipe Avellar, do departamento de Música da UFPB, a cooperação

institucional prevê uma parceria artístico-acadêmica cujo financiamento pode durar até 8 anos. Está previsto o intercâmbio docente com duração de três a dez semanas (na qualidade de professor visitante), além de intercâmbio discente com duração de um semestre letivo. “Este intercâmbio prevê a ida de docentes e discentes da UFPB para a Suécia, como também a vinda de docentes e discentes suecos para a nossa cidade, cujo financiamento se dará através do Programa Linnaeus-Palme”, acrescentou.

Ele informou, ainda, que no mês de março uma equipe de professores da Universidade de Örebro vem à UFPB em mais uma etapa do convênio. A previsão é de que as atividades conjuntas tenham início a partir de setembro de 2019. O professor Felipe Avellar informou que durante a visita à Universidade sueca, a equipe da UFPB teve oportunidade de conhecer minuciosamente toda a estrutura da Escola de Música e Teatro, visitando laboratórios, estúdios, ambientes de estudo e Sala de Concerto. Também se reuniu com docentes de diversas subáreas da música, lideranças de Grupos de Pesquisa, coordenações, comissões e assessorias, além de extensa reunião com a direção geral da Escola.

Nestes encontros a comissão da UFPB teve a oportunidade de expor pontos específicos do Programa de Internacionalização da UFPB, implantado pela Reitora Margareth Diniz e sua equipe, na qualidade de política e ação de gestão institucional. Avellar contou que foram abordados temas como a contratação de 100 professores/pesquisadores visitantes vinculados aos programas de Pós-Graduação da UFPB; a criação da Agência de Internacionalização da UFPB; a aprovação do Programa de Internacionalização **Capes/Print** que estimula a produção de pesquisas internacionais; o apoio e fomento à pesquisa; a política de estruturação de laboratórios; o fomento às ações culturais no âmbito da UFPB, dentre outros.

A visita incluiu também entrevistas com alunos e docentes participantes de experiências prévias deste tipo de convênio, que relataram a relevância de tais experiências para a vida acadêmica e desenvolvimento científico. Além disso, foram realizadas visitas a algumas aulas ministradas pelos docentes suecos.

[topo](#)

GAZETA DA PARAÍBA - TEMPO REAL

Oficial do 4º BPM é convidado a ser parecerista de revista científica

O oficial do 4º BPM (Batalhão de Polícia Militar), capitão Allan Jones, foi convidado para ser parecerista da revista científica "Estudos de Sociologia", da Unesp (Universidade Estadual de São Paulo), localizada em Araraquara-SP. O parecerista é um profissional que domina determinado assunto na condição de especialista e encarregado de dar pareceres e a revista é a Qualis B1, a terceira no ranking da **Capes** de revistas científicas.

O capitão Jones foi informado do convite pela editora da revista, Maria Jardim, a quem ele agradeceu pela oportunidade e pela confiança. O oficial, que é o atual comandante da 2ª Companhia do 4º BPM, sediada em Alagoa Grande, é mestre em Ciências Jurídicas pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e já teve artigos publicados em conceituadas revistas.

Além do mestrado, o capitão Jones possui Especialização em Direitos Fundamentais e Democracia pela UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) e Bacharelados em Direito,

também pela UEPB, e em Segurança Pública pela PMPB (Polícia Militar do Estado da Paraíba).

topo ↕

PORTAL AMAZÔNIA - BRASIL

Rotas migratórias de peixes podem ser afetadas por hidrelétricas no Tapajós Em outros rios da Amazônia, já há uma drástica redução dos estoques pesqueiros associados a construção de hidrelétricas

Um estudo realizado no Rio Tapajós, no Pará, comprovou que os pescadores possuem profundo conhecimento sobre a ecologia e os padrões migratórios das espécies de peixes mais capturadas na região, trazendo à tona, inclusive, informações que ainda não foram registradas na literatura científica. Os resultados da pesquisa permitem ainda prever possíveis impactos dos projetos hidrelétricos nos peixes e na pesca. A pesquisa foi publicada na revista internacional *Hydrobiologia*, qualificada no estrato A1 da área de Biodiversidade da **Capes**.

O trabalho é de autoria de pesquisadores da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pela Ufopa, participou da pesquisa o professor Gustavo Hallwass, do Campus de Oriximiná, que coordena o Laboratório de Ecologia Humana, Peixes, Pesca e Conservação (LEHPPEC).

Foram entrevistados 270 pescadores de 17 comunidades ribeirinhas ao longo de 550 km de rio, nos municípios de Santarém, Aveiro, Itaituba e Jacareacanga. Os pescadores indicaram rotas migratórias, sazonalidade, uso de habitats e possíveis áreas de desova do filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), jaraqui (*Semaprochilodus* spp.), mapará (*Hypophthalmus marginatus*), matrinhã (*Brycon* spp.), tucunaré (*Cichla* spp.), acaratinga (*Geophagus* spp.) e pescada (*Plagioscion squamosissimus*), sendo as três últimas espécies sedentárias – que não migram para reproduzir.

Este é um dos poucos estudos já realizados sobre o Rio Tapajós, se comparado a outros rios amazônicos. O filhote, por exemplo, tem sua distribuição e ecologia bem documentada em rios de águas brancas, mas havia poucas informações sobre a ocorrência e ecologia em rios de águas claras, como o Tapajós.

Hallwass, que estuda a relação entre o conhecimento tradicional e a ecologia de peixes, afirma que “cada conversa, cada entrevista com um pescador(a) é uma aula sobre a pesca, biologia e ecologia dos peixes da região. É incrível poder aprender e registrar o conhecimento tradicional de pescadores(as) que é transmitido de geração em geração. Devemos, como sociedade, valorizar e aprender com o conhecimento de populações tradicionais, como pescadores, quilombolas, indígenas, entre outros”.

Impactos das hidrelétricas – Ao relacionar o conhecimento tradicional a estudos científicos, foi possível prever impactos que hidrelétricas podem ocasionar. No Rio Tapajós, há a previsão de um complexo com mais de 40 barragens ao longo do rio, o que poderia afetar diretamente a reprodução de espécies migratórias como filhote, matrinhã e jaraqui.

Só o jaraqui e o filhote representam 28% de toda a captura da pesca de pequena escala no Baixo Tapajós. Em outros rios da Amazônia, já há uma drástica redução dos estoques pesqueiros associados a construção de hidrelétricas: de jaraqui no Rio

Tocantins, próximo à UHE de Tucuruí; e dos grandes bagres do gênero *Brachyplatystoma*, como a dourada e o filhote, no Rio Madeira, afetados pelas UHE Santo Antônio e Jirau.

Barragens podem mudar o curso das águas, impedir migrações para desova e prejudicar o crescimento de peixes. De acordo com o estudo, as espécies que percorrem longos trajetos requerem ainda maior proteção, em nível regional ou mesmo nacional.

“Dessa maneira, se forem construídas as hidrelétricas no Rio Tapajós é previsto forte impacto na pesca e nos peixes da região, o que irá afetar diretamente a renda e a segurança alimentar de milhares de famílias que dependem do peixe para sua alimentação e sustento ao longo do rio. Assim, espera-se que os órgãos governamentais estejam atentos aos fortes impactos e prejuízos à população local que esses projetos podem causar”, alerta o pesquisador da Ufopa.

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Projeto responsabiliza gestor que não repassar recurso do Fundeb para educação especial

Para José Nelto, é imprescindível garantir o repasse de recursos para a educação inclusiva

O Projeto de Lei 155/19 responsabiliza criminalmente o gestor público que não repassar mensalmente os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para as instituições filantrópicas, confessionais e comunitárias, conveniadas com estados e municípios, que atendem alunos da educação especial. A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

O texto foi apresentado pelo deputado José Nelto (GO), atual líder do Podemos. Ele baseia-se em proposta (PL 9953/18) do ex-deputado Felipe Bornier (RJ), arquivada na legislatura passada, encerrada em 31 de janeiro de 2019.

O projeto altera a lei do Fundeb (11.494/07) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9.394/96). As duas normas permitem que escolas ligadas a entidades sem fins lucrativos possam atender a educação especial. Os recursos do fundo são distribuídos de forma proporcional ao número de alunos matriculados.

O PL 155/19 determina ainda que o atendimento educacional especializado deverá iniciar na educação infantil – que vai de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola – e se dará por meio de ações conjuntas que assegurem a estimulação precoce para desenvolvimento neuropsicomotor.

Atrasos

O objetivo da proposta, segundo José Nelto, é coibir os atrasos ou a interrupção dos repasses, situação que seria comum na educação especial. A responsabilização do gestor poderá ser feita com base no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), na Lei do Impeachment (1.079/50), no Decreto-lei 201/67 e na Lei de Improbidade Administrativa (8.429/92).

O Censo Escolar (veja aqui um resumo), divulgado pelo governo no ano passado, constatou que 1,2 milhão de crianças e adolescentes, de 4 a 17 anos, necessitam de acompanhamento pedagógico específico.

Tramitação

Antes de ir ao Plenário da Câmara, o projeto será analisado pelas comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MPF do Rio pede cancelamento de matrícula de alunos da Unirio e da UFRJ por fraude em cotas

Procuradores receberam denúncia e averiguaram dois casos através de traços fenotípicos

RIO - O Ministério Público Federal (MPF) requisitou o cancelamento de duas matrículas de estudantes de universidades federais cariocas devido a fraudes em autodeclarações raciais para conquistar vagas através de cotas. A liminar foi encaminhada para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e deve ainda ser julgada. No caso da Unirio, a cotista entrou em Direito através da edição de 2017 do Sisu, período anterior a implantação da Comissão de Heteroidentificação de pretos e pardos pela universidade. Já na UFRJ, que ainda não possui esse sistema, o ingresso de um aluno ocorreu pelo Sisu 2018.2, no curso de Medicina. Os procuradores regionais dos Direitos do Cidadão, Renato Machado, Ana Padilha e Sérgio Suiama apuraram os traços e a tonalidade de pele dos denunciados através de fotos de redes sociais.

— Temos recebido algumas denúncias pontuais dirigidas a alunos específicos que se declararam "pardos" mas são brancos. Nesses casos, passamos a ingressar com ações para anular a matrícula, entendendo que esta declaração é falsa e que o benefício de estudar na universidade pública através de uma cota que não é destinada a eles configura enriquecimento ilícito — afirma o procurador Renato Machado.

O representante do MPF afirma que a medida não foi a primeira feita pelo órgão para combater as fraudes. Anteriormente foi feita uma audiência pública com as universidades federais, a Uerj, o Ministério da Educação (MEC) e coletivos de estudantes para discutir a implantação de controles sobre as cotas. A indicação passou a ser das comissões de verificações, que foram atendidas por todas as instituições com exceção da UFRJ.

— Se chegarem novas denúncias continuaremos investigando, em especial a UFRJ que não implantou ainda qualquer tipo de controle. O caso da Unirio foi anterior à implantação das comissões. Continuaremos no trabalho e convencimento junto à UFRJ, mas se necessário ingressaremos com ação civil pública visando compeli-la a estabelecer algum tipo de controle — afirma Renato Machado.

A assessoria da UFRJ afirmou que, assim que for intimada, dará os encaminhamentos necessários para cumprir a decisão judicial. Quanto à comissão, não há previsão de instalação, mas a universidade afirma que está criando outros procedimentos para "reforçar o que está previsto por lei". Em janeiro, a Ouvidoria da UFRJ tinha 30 casos encaminhados para apuração interna de fraude em cotas.

A Unirio afirmou que somente cabe ao juiz a decisão sobre o cancelamento da matrícula e dos créditos da aluna denunciada e que a mesma está "regularmente matriculada" e que "não está impedida de ter aulas". A instituição afirma que já implantou comissões

de verificações e que as mesmas analisam traços fenotípicos dos ingressantes, para além da autodeclaração feita por eles.

Para Seymour Souza, do coletivo negro Luísa Mahin, da Unirio, o posicionamento do MPF é importante, mas deve ser visto com cautela.

— É uma vitória. É bom ver que o Ministério Público tem ouvido as demandas e isto gera uma pressão para as universidades agirem. Mas, essa decisão abre precedentes para outros casos em uma época que não existiam as comissões de verificação. Vira retroativo e pode virar um verdadeiro caça às bruxas. É importante pensar as medidas para o futuro. Nos dois últimos semestres, com as comissões, não temos mais fraudadores na Unirio — afirma Seymour que faz parte da comissão como um dos dois alunos do grupo que também possui dois técnicos e dois professores da universidade.

Na última semana, o grupo Educafro, referência na defesa das cotas raciais, divulgou uma carta aberta em que aconselha a não registrarem Boletins de Ocorrência contra fraudadores da Universidade de São Paulo (USP) em delegacias. O motivo seria que os "fraudadores têm perseguido os corajosos militantes" e que a USP não pode "colocar sobre a sociedade o ônus de zelar pela qualidade, eficácia e combate à fraude desta importante política pública".

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC volta atrás sobre método fônico para alfabetização

Abordagem ensina os sons das sílabas para orientar alunos a compor palavras.

Segundo Tânia Almeida, secretária de educação básica, métodos devem privilegiar realidades locais

SÃO PAULO - O Ministério da Educação (MEC) deve voltar atrás na proposta de promover o método fônico como principal metodologia para a alfabetização. Segundo essa abordagem, os alunos aprendem os sons de letras e sílabas para, aos poucos, formar palavras. A primazia dessa metodologia é criticada por especialistas em educação. Escolhida como uma das prioridades para os cem primeiros dias do governo Bolsonaro, a alfabetização de alunos não pode ser "pautada por uma única metodologia", afirmou, na manhã desta terça-feira, a secretária de Educação Básica do MEC, Tânia Almeida.

Tânia participou, em São Paulo, de um debate promovido pelo Movimento Todos pela Educação em parceria com a FGV e o MIT. No encontro, discutiu os rumos para o setor no novo governo. Segundo ela, as políticas para a educação básica serão construídas em parceria com estados e municípios, e baseadas em "evidências científicas". Quanto à alfabetização, defendeu o respeito à diversidade de métodos e públicos:

— A política de alfabetização não é pautada em uma única metodologia para chegar em ações. Cada pessoa tem que ser avaliada como indivíduo — afirmou.

A afirmação destoa de declarações dadas, ao longo dos últimos meses, pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. Ele causou preocupação em meio a especialistas ao dizer que o MEC deveria priorizar o método fônico em detrimento de outras abordagens. Nos métodos globais, aos quais o ministro disse se opor, os alunos são apresentados a textos e palavras para, aos poucos, descobrir como compô-los.

A mudança de discurso deixou satisfeitos secretários de educação presentes ao evento:

— Costumo dizer que o bom alfabetizador não precisa nem sequer dizer qual método ele utiliza — afirma Cecília Motta, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Segundo Cecília, é importante que o educador seja bem formado, e possa aliar diferentes metodologias, de acordo com a necessidade do aluno. Segundo ela, o Consed foi convidado, pelo ministério da Educação, a participar de um grupo de trabalho que definirá as políticas para alfabetização a ser adotadas no país.

De acordo com Tânia, a ideia é que esse trabalho seja sempre feito com a participação de estados e municípios, para refletir as realidades locais:

— Precisamos dos agentes locais. Porque o MEC é um prédio em Brasília. Precisamos refletir as realidades locais, sempre baseados em evidências científicas— afirmou

Compasso de espera

Passados quase 50 dias desde o início do governo, no entanto, causa certo incômodo a falta de definição do MEC acerca de projetos importantes para a educação, como a implementação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) do ensino fundamental, e as discussões para a elaboração da BNCC do ensino médio. São projetos cuja execução, por estados e municípios, exigem investimentos federais, mas cuja continuidade ou não ainda não foi abordada pelo governo:

— No caso da BNCC do ensino médio, precisamos de aporte financeiro, para contratar analistas e pensar a arquitetura dessa etapa de ensino — afirma Cecília Mota.

De acordo com Frederico Amancio, secretário de Educação de Pernambuco, a demora do governo em dar respostas ainda não chega a preocupar. Mas cria certa “expectativa”:

— Precisamos de definições do governo federal porque trabalhamos com prazos. E temos certas expectativas quanto a continuidade de programas que impactam o nosso dia a dia — afirma. Entre os programas cuja continuidade precisa ser confirmada, Amâncio cita o Saeb e a Prova Brasil, duas avaliações cujos objetivos envolvem fazer um diagnóstico da qualidade do ensino básico no país.

Para Vitor Amorim de Angelo, secretário de educação do Espírito Santo, essa indefinição do MEC ocorre porque a equipe acaba de ser formada, e precisa primeiro conhecer o trabalho que já foi feito:

— Mas estamos com o sinal amarelo acesso — diz.

Durante o debate, a secretária Tânia disse compreender as angústias de estados e municípios. Mas pediu paciência aos gestores locais:

— Se há certo delay de informações sobre certos programas é porque estamos estudando o cenário com cuidado — justificou a secretária.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Bióloga brasileira ganha prêmio internacional de conservação

Fernanda Abra, doutoranda da Esalq, desenvolve projeto para minimizar atropelamentos de animais.

Uma iniciativa que busca diminuir o número de animais atropelados nas rodovias, ferrovias e aeroportos brasileiros foi uma das vencedoras do Prêmio Future For Nature 2019. A escolha do trabalho representado pela bióloga brasileira Fernanda Abra – ao lado dos também premiados projetos de Olivier Nsengimana (Ruanda) e Divya Karnad (Índia) - foi feita por um júri internacional de especialistas. Estavam concorrendo 125 trabalhos do mundo todo.

A cerimônia de entrega do prêmio será no próximo dia 3 de maio no Royal Burgers Zoo, em Arnhem, na Holanda. Cada um ainda receberá uma quantia em dinheiro.

Eu me sinto muito feliz em trabalhar pela conservação de espécies incríveis, como a anta, tamanduá-bandeira, lobo-guará, onça-pintada e outros canídeos e felídeos brasileiros e ser orientada e apoiada por pesquisadores e conservacionistas tão respeitados

— Fernanda Abra, bióloga

Através da empresa ViaFauna, Fernanda Abra e seus parceiros reduzem com sucesso os acidentes de trânsito entre animais e veículos no Brasil.

Lobos-guará, pumas e jaguatiricas são apenas algumas das muitas espécies que são salvas pelas medidas preventivas de proteção, coleta e análise de dados implantadas. Ainda há no pacote de ações treinamento especial para motoristas e oficiais de trânsito.

Com 32 anos, Fernanda é aluna de doutorado do programa de pós-graduação de Ecologia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq/USP). Seus orientadores são a professora doutora Kátia Ferraz (Esalq / USP) e o doutor Marcel Huijser, pesquisador sênior da Western Transportation Institute, da Montana State University.

A bióloga se interessa pela área de Ecologia de Estradas desde 2009. Reduzir os impactos das rodovias e do tráfego nas espécies de mamíferos no Brasil é seu principal objetivo.

Cofundadora da empresa ViaFauna, que presta consultoria ambiental especializada no manejo da fauna silvestre em rodovias, ferrovias e aeroportos, ela gerencia a empresa com sua amiga, e também cofundadora, doutora Paula Prist.

Na fase final do doutorado, Fernanda pesquisa as colisões de animais em rodovias no estado de São Paulo e suas implicações para a conservação biológica, a segurança humana e a economia.

Estou muito emocionada e honrada em receber o Prêmio Future For Nature. Isso ajudará a aumentar meus esforços para fazer a diferença na proteção da incrível biodiversidade brasileira

— Fernanda Abra, bióloga

De acordo com a professora Katia Ferraz, o impacto da pesquisa já é muito positivo na conservação das espécies no Brasil. “Ela está gerando novo conhecimento sobre o número de mamíferos mortos nas rodovias, entendendo os padrões espaciais e

temporais e desenvolvendo ferramentas para reduzir o enorme impacto das rodovias e do tráfego na biodiversidade brasileira", diz.

"A combinação do seu trabalho sério e sua determinação resultará na redução da mortalidade não natural dos mamíferos e na redução da fragmentação do habitat causada pela infraestrutura de transporte", completa professora.

Além de seu trabalho acadêmico de pesquisa e consultoria, a bióloga também é voluntária como especialista em Ecologia de Estradas em alguns projetos de conservação, como a Iniciativa de Conservação da Anta Brasileira e o projeto Bandeiras e Rodovias.

Fernanda também é responsável pela coordenação dos grupos de trabalhos ligados ao impacto de transportes nos Planos de Ação Nacionais dos canídeos, felinos e ungulados ameaçados de extinção.

Ela tem visões de longo prazo, metas concretas e sabe como implementá-las. Quando a conheci em 2010, uma de suas metas era que eu ensinasse sobre Ecologia de Estradas no Brasil. Ela percebeu que levar mais conhecimento ao Brasil sobre Ecologia de Estradas era necessário para lidar com os impactos ambientais associados à rápida expansão da rede de transporte do Brasil

— Marcel Huijser, professor

Trabalhos

Já entre os outros vencedores, Divya Karnad reduz com sucesso as indesejáveis capturas de tubarões ameaçados ao longo da costa de Coromandel, na Índia, e Olivier Nsengimana protege as aves em Ruanda, combatendo o comércio ilegal, facilitando os programas de reintrodução e envolvendo a população local.

O Future For Nature Awards será apresentado no BurgersZoo pelo 12º ano consecutivo.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer rever plano de formação de professor, diz ex-secretária

O MEC (Ministério da Educação) na gestão do presidente Jair Bolsonaro (PSL) deve fazer modificações na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) dos professores, documento que previa alterações na formação docente e que foi apresentado em dezembro de 2018 pelo então ministro Rossieli Soares.

A base estava pronta para avaliação do CNE (Conselho Nacional de Educação). Maria Helena Guimarães Castro, ex-secretária-executiva do MEC e membro do conselho, disse hoje que o ministério "requisitou oficialmente" que a base de formação dos professores retorne à pasta. Segundo ela, o MEC "quer fazer ajustes" no documento.

"Eu me senti na obrigação de comunicar, porque já sei disso e todo o conselho já sabe", disse Maria Helena durante o evento Educação Já, realizado em São Paulo pelo Todos pela Educação, a FGV (Fundação Getúlio Vargas) e o MIT (Massachusetts Institute of Technology).

A expectativa era que, após a discussão e aprovação no conselho, o documento já fosse homologado pelo MEC. Ele trazia dez competências gerais para os professores, que

abordavam o respeito aos direitos humanos e à diversidade, além de propor uma avaliação anual para habilitação à profissão e a criação de um programa de residência pedagógica.

Maria Helena afirmou, no entanto, que a gestão atual sinalizou que não pretende "desmontar" o documento. Ela disse ter conversado com o secretário-executivo do MEC, Luiz Antonio Tozi, e com a secretária de educação básica, Tania Leme de Almeida --que, segundo ela, "estão muito dispostos ao diálogo, à troca de ideias".

"Eles querem rever, porque o documento chegou no final do ano, e legitimamente o CNE ainda não começou a discuti-lo", afirmou.

Procurado pelo UOL, o MEC ainda não se manifestou sobre o assunto.

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Vélez pede desculpas por declaração feita

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, desculpou-se hoje (18) pelo Twitter por uma declaração dada em entrevista à revista Veja, na edição de 6 de fevereiro: "Amo o Brasil e o nosso povo, de forma incondicional, desde a minha chegada aqui, em 1979 e, especialmente, desde a minha naturalização como brasileiro, em 1997. A entrevista à revista Veja colocou palavras minhas fora de contexto. Peço desculpas a quem tiver se sentido ofendido."

Na entrevista, Vélez disse que "o brasileiro viajando é um canibal". A declaração causou polêmica.

Na semana passada, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber concedeu prazo de dez dias para que o ministro se manifeste sobre declarações dadas na entrevista. A manifestação do ministro é facultativa.

A solicitação foi motivada por uma interpelação judicial criminal protocolada na Corte pelo advogado Marcos Aldenir Ferreira Rivas. No entendimento do advogado, o ministro cometeu o crime de calúnia.

Por meio da assessoria de imprensa do Ministério da Educação (MEC), Vélez disse, também na semana passada, que ainda não havia sido notificado, mas que assim que fosse, responderia.

[topo](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

UFRR cria comissão após denúncia de fraude em cotas

Comissão de Verificação de Registro irá avaliar documentação apresentada pelos alunos que optaram entrada pelo sistema de cotas no momento da matrícula

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) tomou algumas medidas após a denúncia de tentativa de fraude no sistema de cotas da instituição divulgada pela Folha na última semana. Entre elas, foi anunciada a criação de uma Comissão de Verificação de Registro designada para avaliar a documentação apresentada no ato da matrícula por todos os candidatos aprovados no Vestibular 2019.

De acordo com a pró-reitora de Ensino e Graduação (Proeg) da UFRR, Lucianne Vilarinho, houve uma reunião na última semana com membros da instituição, do Departamento de Registro Acadêmico (Derca) e com um representante da Advocacia-Geral da União (AGU) para discutir o processo de matrícula, sobretudo referente à questão das cotas.

Na ocasião, foi deliberado pela publicação da Portaria nº 002/2019/PROEG criando a Comissão de Verificação de Registro, que passou a avaliar a documentação apresentada pelos alunos que optaram pela cota, ou seja, aqueles que estudaram em escolas da rede pública, com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio e aos estudantes pretos, pardos e indígenas. Os candidatos que ingressaram por essas categorias também terão que assinar um documento que registra a autodeclaração de etnia/grupo étnico.

A professora também alertou que no próprio edital do vestibular estão previstos a suspensão e o desligamento do aluno em qualquer momento, mesmo que ele já tenha se matriculado ou esteja tendo aulas no curso, independentemente do período.

"Se houver a identificação de algum documento fraudulento e for feita em qualquer processo de sindicância, o aluno vai ser desligado. É muito importante ressaltar isso, a seriedade com que a instituição vem trabalhando. As cotas existem por toda uma história e estrutura que embasa esse mecanismo, e devem ser respeitadas por todos. Devemos coibir ao máximo as pessoas que tentam utilizar esse mecanismo para facilitar a entrada na instituição", ressaltou.

Lucianne explica ainda que a UFRR está trocando informações com as demais instituições federais que também estão passando pelo período de matrículas.

"As dúvidas estão sendo discutidas nacionalmente com grupo de pró-reitores de graduação. A intenção é que as cotas sejam destinadas ao público que determina a lei", completou.

Com relação à possibilidade de desligamento de alunos ou encontro de possível irregularidade no processo de matrículas, a UFRR informou que o Derca ainda não tem dados fechados sobre o assunto, mas ressalta que divulgará, caso seja constatada.

CAMED - Ainda sobre a denúncia de fraudes, o Centro Acadêmico de Medicina (Camed) da UFRR se pronunciou por meio de nota a respeito do caso. No texto publicado nas redes sociais, o centro ressaltou a importância da implementação da Lei de Cotas em 2012 e classificou as cotas étnico-raciais e de renda "como um patrimônio a ser defendido por todos os brasileiros que dedicam suas vidas à construção de um cenário de equidade".

O Camed informou ainda que se reuniu com a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação para debater o sistema de cotas, quando recebeu a informação da criação da Comissão de Verificação de Registro, além de orientar os alunos sobre a necessidade de denunciar.

Segundo o Camed, os estudantes podem procurar o serviço da Ouvidoria da UFRR no espaço localizado no Bloco VI, sala 5, do campus Paricarana, ou as urnas colocadas à disposição no Restaurante Universitário ou na Biblioteca Central. A denúncia também pode ser feita pelo sistema e-Ouv, disponível no site da Ouvidoria, no endereço: www.ufrr.br/ouvidoria.

ENTENDA O CASO - Segundo denúncia recebida pela Folha, ao menos quatro alunas recém-aprovadas no curso de Medicina da UFRR estariam burlando as regras para obter

a graduação no ensino superior. A reportagem recebeu imagens divulgadas em redes sociais pelas aprovadas que comprovam uma disparidade entre o estilo de vida de cada uma e as inscrições no sistema de cotas, entre elas, a de viagens para o exterior e outros registros que comprovam estudo em instituições de ensino particulares.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Colégio de Aplicação oferta nove vagas para estudantes

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima (CAp/UFRR) divulgou o edital para preenchimento de nove vagas disponibilizadas na Educação Básica para o ano letivo de 2019.

Para o Ensino Fundamental são ofertadas três vagas, sendo uma para o 4º ano, 7º ano e 8º ano. Serão disponibilizadas também, seis vagas para 3º série do Ensino Médio. Mais informações podem ser obtidas no site da instituição.

As inscrições do processo de seleção, serão recebidas no período de 08 a 13 de março, no horário das 8h até às 16h, no Auditório do Colégio de Aplicação Campus Paricarana da UFRR.

topo ↕

BLOG QUARTO PODER - TEMPO REAL

Pescadores indicam rotas migratórias de peixes que podem ser afetados por hidrelétricas no Tapajós

Um estudo realizado no Rio Tapajós, no Pará, comprovou que os pescadores possuem profundo conhecimento sobre a ecologia e os padrões migratórios das espécies de peixes mais capturadas na região, trazendo à tona, inclusive, informações que ainda não foram registradas na literatura científica. Os resultados da pesquisa permitem ainda prever possíveis impactos dos projetos hidrelétricos nos peixes e na pesca. A pesquisa foi publicada na revista internacional *Hydrobiologia*, qualificada no estrato A1 da área de Biodiversidade da **Capes**.

O trabalho é de autoria de pesquisadores da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pela Ufopa, participou da pesquisa o professor Gustavo Hallwass, do Campus de Oriximiná, que coordena o Laboratório de Ecologia Humana, Peixes, Pesca e Conservação (LEHPPEC).

Foram entrevistados 270 pescadores de 17 comunidades ribeirinhas ao longo de 550 km de rio, nos municípios de Santarém, Aveiro, Itaituba e Jacareacanga. Os pescadores indicaram rotas migratórias, sazonalidade, uso de habitats e possíveis áreas de desova do filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), jaraqui (*Semaprochilodus* spp.), mapará (*Hypophthalmus marginatus*), matrinhã (*Brycon* spp.), tucunaré (*Cichla* spp.), acaratinga (*Geophagus* spp.) e pescada (*Plagioscion squamosissimus*), sendo as três últimas espécies sedentárias – que não migram para reproduzir.

Este é um dos poucos estudos já realizados sobre o Rio Tapajós, se comparado a outros rios amazônicos. O filhote, por exemplo, tem sua distribuição e ecologia bem documentada em rios de águas brancas, mas havia poucas informações sobre a ocorrência e ecologia em rios de águas claras, como o Tapajós.

Hallwass, que estuda a relação entre o conhecimento tradicional e a ecologia de peixes,

afirma que “cada conversa, cada entrevista com um pescador(a) é uma aula sobre a pesca, biologia e ecologia dos peixes da região. É incrível poder aprender e registrar o conhecimento tradicional de pescadores(as) que é transmitido de geração em geração. Devemos, como sociedade, valorizar e aprender com o conhecimento de populações tradicionais, como pescadores, quilombolas, indígenas, entre outros”.

Impactos das hidrelétricas – Ao relacionar o conhecimento tradicional a estudos científicos, foi possível prever impactos que hidrelétricas podem ocasionar. No Rio Tapajós, há a previsão de um complexo com mais de 40 barragens ao longo do rio, o que poderia afetar diretamente a reprodução de espécies migratórias como filhote, matrinchã e jaraqui.

Só o jaraqui e o filhote representam 28% de toda a captura da pesca de pequena escala no Baixo Tapajós. Em outros rios da Amazônia, já há uma drástica redução dos estoques pesqueiros associados a construção de hidrelétricas: de jaraqui no Rio Tocantins, próximo à UHE de Tucuruí; e dos grandes bagres do gênero *Brachyplatystoma*, como a dourada e o filhote, no Rio Madeira, afetados pelas UHE Santo Antônio e Jirau.

Barragens podem mudar o curso das águas, impedir migrações para desova e prejudicar o crescimento de peixes. De acordo com o estudo, as espécies que percorrem longos trajetos requerem ainda maior proteção, em nível regional ou mesmo nacional.

“Dessa maneira, se forem construídas as hidrelétricas no Rio Tapajós é previsto forte impacto na pesca e nos peixes da região, o que irá afetar diretamente a renda e a segurança alimentar de milhares de famílias que dependem do peixe para sua alimentação e sustento ao longo do rio. Assim, espera-se que os órgãos governamentais estejam atentos aos fortes impactos e prejuízos à população local que esses projetos podem causar”, alerta o pesquisador da Ufopa.

As informações são da Ufopa

topo 

FOLHA PA - TEMPO REAL

Estudo aponta que instalação de hidrelétricas no Tapajós pode afetar a reprodução de espécies migratórias

Em outros rios da Amazônia, já há uma drástica redução dos estoques pesqueiros associados à construção de hidrelétricas.

Estudo realizado no Rio Tapajós, no oeste do Pará, comprovou que os pescadores possuem profundo conhecimento sobre a ecologia e os padrões migratórios das espécies de peixes mais capturadas na região, trazendo informações que ainda não foram registradas na literatura científica. Os resultados da pesquisa permitem ainda prever possíveis impactos dos projetos hidrelétricos nos peixes e na pesca. A pesquisa foi publicada na revista internacional *Hydrobiologia*, qualificada no estrato A1 da área de Biodiversidade da **Capex**.

No Rio Tapajós, há a previsão de um complexo com mais de 40 barragens ao longo do rio, o que poderia afetar diretamente a reprodução de espécies migratórias como filhote, matrinchã e jaraqui.

O estudo foi realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Oeste do Pará

(Ufopa), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pela Ufopa, participou da pesquisa o professor Gustavo Hallwass, do Campus de Oriximiná, que coordena o Laboratório de Ecologia Humana, Peixes, Pesca e Conservação (LEHPPEC).

Foram entrevistados 270 pescadores de 17 comunidades ribeirinhas ao longo de 550 km de rio, nos municípios de Santarém, Aveiro, Itaituba e Jacareacanga. Os pescadores indicaram rotas migratórias, sazonalidade, uso de habitats e possíveis áreas de desova do filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), jaraqui (*Semaprochilodus* spp.), mapará (*Hypophthalmus marginatus*), matrinhã (*Brycon* spp.), tucunaré (*Cichla* spp.), acaratinga (*Geophagus* spp.) e pescada (*Plagioscion squamosissimus*), sendo as três últimas espécies sedentárias – que não migram para reproduzir.

Segundo a Ufopa, esse é um dos poucos estudos já realizados sobre o Rio Tapajós, se comparado a outros rios amazônicos. O filhote, por exemplo, tem sua distribuição e ecologia bem documentada em rios de águas brancas, mas havia poucas informações sobre a ocorrência e ecologia em rios de águas claras, como o Tapajós.

Hallwass, que estuda a relação entre o conhecimento tradicional e a ecologia de peixes, afirma que “cada conversa, cada entrevista com um pescador(a) é uma aula sobre a pesca, biologia e ecologia dos peixes da região. É incrível poder aprender e registrar o conhecimento tradicional de pescadores(as) que é transmitido de geração em geração. Devemos, como sociedade, valorizar e aprender com o conhecimento de populações tradicionais, como pescadores, quilombolas, indígenas, entre outros”.

Impactos das hidrelétricas

Ao relacionar o conhecimento tradicional a estudos científicos, foi possível prever impactos que hidrelétricas podem ocasionar.

Segundo o estudo, as espécies jaraqui e o filhote representam 28% de toda a captura da pesca de pequena escala no Baixo Tapajós. Em outros rios da Amazônia, já há uma drástica redução dos estoques pesqueiros associados a construção de hidrelétricas: de jaraqui no Rio Tocantins, próximo à UHE de Tucuruí; e dos grandes bagres do gênero *Brachyplatystoma*, como a dourada e o filhote, no Rio Madeira, afetados pelas UHE Santo Antônio e Jirau.

As barragens podem mudar o curso das águas, impedir migrações para desova e prejudicar o crescimento de peixes. De acordo com o estudo, as espécies que percorrem longos trajetos requerem ainda maior proteção, em nível regional e até mesmo nacional.

Hallwass alerta que se forem construídas as hidrelétricas no Rio Tapajós pode haver forte impacto na pesca e nos peixes da região, o que irá afetar diretamente a renda e a segurança alimentar de milhares de famílias que dependem do peixe para sua alimentação e sustento ao longo do rio. “Assim, espera-se que os órgãos governamentais estejam atentos aos fortes impactos e prejuízos à população local que esses projetos podem causar”, pontuou.

*Com informações da Ufopa

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Estudo aponta que instalação de hidrelétricas no Tapajós pode afetar a reprodução de espécies migratórias

Em outros rios da Amazônia, já há uma drástica redução dos estoques pesqueiros associados à construção de hidrelétricas.

Estudo realizado no Rio Tapajós, no oeste do Pará, comprovou que os pescadores possuem profundo conhecimento sobre a ecologia e os padrões migratórios das espécies de peixes mais capturadas na região, trazendo informações que ainda não foram registradas na literatura científica. Os resultados da pesquisa permitem ainda prever possíveis impactos dos projetos hidrelétricos nos peixes e na pesca. A pesquisa foi publicada na revista internacional *Hydrobiologia*, qualificada no estrato A1 da área de Biodiversidade da **Capes**.

No Rio Tapajós, há a previsão de um complexo com mais de 40 barragens ao longo do rio, o que poderia afetar diretamente a reprodução de espécies migratórias como filhote, matrinhã e jaraqui.

O estudo foi realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pela Ufopa, participou da pesquisa o professor Gustavo Hallwass, do Campus de Oriximiná, que coordena o Laboratório de Ecologia Humana, Peixes, Pesca e Conservação (LEHPPEC).

Foram entrevistados 270 pescadores de 17 comunidades ribeirinhas ao longo de 550 km de rio, nos municípios de Santarém, Aveiro, Itaituba e Jacareacanga. Os pescadores indicaram rotas migratórias, sazonalidade, uso de habitats e possíveis áreas de desova do filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), jaraqui (*Semaprochilodus* spp.), mapará (*Hypophthalmus marginatus*), matrinhã (*Brycon* spp.), tucunaré (*Cichla* spp.), acaratinga (*Geophagus* spp.) e pescada (*Plagioscion squamosissimus*), sendo as três últimas espécies sedentárias – que não migram para reproduzir.

Segundo a Ufopa, esse é um dos poucos estudos já realizados sobre o Rio Tapajós, se comparado a outros rios amazônicos. O filhote, por exemplo, tem sua distribuição e ecologia bem documentada em rios de águas brancas, mas havia poucas informações sobre a ocorrência e ecologia em rios de águas claras, como o Tapajós.

Hallwass, que estuda a relação entre o conhecimento tradicional e a ecologia de peixes, afirma que “cada conversa, cada entrevista com um pescador(a) é uma aula sobre a pesca, biologia e ecologia dos peixes da região. É incrível poder aprender e registrar o conhecimento tradicional de pescadores(as) que é transmitido de geração em geração. Devemos, como sociedade, valorizar e aprender com o conhecimento de populações tradicionais, como pescadores, quilombolas, indígenas, entre outros”.

Impactos das hidrelétricas

Ao relacionar o conhecimento tradicional a estudos científicos, foi possível prever impactos que hidrelétricas podem ocasionar.

Segundo o estudo, as espécies jaraqui e o filhote representam 28% de toda a captura da pesca de pequena escala no Baixo Tapajós. Em outros rios da Amazônia, já há uma

drástica redução dos estoques pesqueiros associados a construção de hidrelétricas: de jaraqui no Rio Tocantins, próximo à UHE de Tucuruí; e dos grandes bagres do gênero *Brachyplatystoma*, como a dourada e o filhote, no Rio Madeira, afetados pelas UHE Santo Antônio e Jirau.

As barragens podem mudar o curso das águas, impedir migrações para desova e prejudicar o crescimento de peixes. De acordo com o estudo, as espécies que percorrem longos trajetos requerem ainda maior proteção, em nível regional e até mesmo nacional.

Hallwass alerta que se forem construídas as hidrelétricas no Rio Tapajós pode haver forte impacto na pesca e nos peixes da região, o que irá afetar diretamente a renda e a segurança alimentar de milhares de famílias que dependem do peixe para sua alimentação e sustento ao longo do rio. "Assim, espera-se que os órgãos governamentais estejam atentos aos fortes impactos e prejuízos à população local que esses projetos podem causar", pontuou.

*Com informações da Ufopa

topo ↕

JORNAL OESTE - TEMPO REAL

Unemat forma turmas de especialização a distância

A Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) forma as primeiras turmas de especialização em Ensino a Distância; Gestão Escolar; Gestão Universitária; Informática na Educação e Saberes e Práticas na Educação Infantil e as terceiras turmas em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. Até abril a Unemat concluirá a formação de 246 alunos em pós-graduação lato sensu em Ensino a Distância (EaD) por meio da Universidade Aberta do Brasil e a Diretoria de Gestão de Educação a Distância (UAB/Dead).

As defesas públicas dos trabalhos de conclusão de curso dos pós-graduandos da Unemat, na modalidade a distância, iniciaram no dia 9 deste mês nos polos de Cáceres, Diamantino e Guarantã do Norte.

Os oito cursos foram disponibilizados gratuitamente para 16 turmas distribuídas em onze polos nos municípios de Alto Araguaia; Arenápolis; Barra do Bugres; Cáceres; Colíder; Diamantino; Guarantã do Norte; Jauru; Juara; Pontes e Lacerda e Sorriso.

Os cursos, com 18 meses de duração cada um, tiveram início em diferentes datas durante o semestre 2017/2. O servidor público Luizito Sales da Costa cursou especialização em Gestão Pública. Ele optou pela modalidade EaD pela flexibilidade de poder estudar e gerenciar o tempo de forma mais conveniente com todos os afazeres diários e disse que achou a metodologia bastante interessante. "Mas é preciso ter disciplina para assistir as videoaulas, estudar pelo livro básico, acessar as bibliografias complementares, realizar os trabalhos de cada disciplina e se preparar para as provas que são presenciais", afirmou Luizito.

Para o professor Julio Cezar de Lara, mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional e docente na especialização em Gestão Pública esses cursos se traduzem em oportunidades. "É uma chance para que muitos possam continuar os estudos, principalmente àqueles que residem em municípios distantes dos locais de oferta de cursos presenciais, além de proporcionar aperfeiçoamento profissional aos gestores

públicos", destacou Lara.

As oito especializações foram financiadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e as especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde fazem parte do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (Pnap), pertencente a UAB, lançado em 2009. O Pnap tem por área de atuação a formação e capacitação dos quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo), micro (unidades organizacionais) e sistemas públicos.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Nova chamada é aberta para expedição na costa brasileira

O International Discovery Program (IODP) abre mais uma oportunidade para os pesquisadores em assuntos oceânicos: a Expedição 388 – Equatorial Atlantic Gateway. Os interessados poderão se inscrever até o dia 1º de abril, e a pesquisa acontecerá entre 26 de junho e 26 de agosto de 2020, abordo do navio Joides Resolution.

Em um feito inédito, a Expedição estudará a evolução tectônica, climática e biótica do Portal Equatorial do Atlântico, em três locais, próximos ao Platô Pernambucano (plataforma continental do nordeste brasileiro). Este projeto é voltado aos pesquisadores em nível de doutorado, pós-doutorado ou pleno, com mais de 8 anos de título, em todas as especialidades relacionadas ao tema “mar profundo”. Durante sua permanência no navio as despesas de acomodação e alimentação serão custeadas pelo Programa.

Gerson Fauth é coordenador do Instituto de paleontologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e atuará como co-chief na expedição 388. “Os brasileiros estão tendo a grande oportunidade de testar suas hipóteses através de amostras coletadas em grandes profundidades, ou seja, é uma enorme oportunidade para o mundo científico”, comentou ao convidar os cientistas a participarem do projeto. Assista abaixo o depoimento.

Expedição IODP 387 – Amazon Continental Margin

No dia 1º de fevereiro foi lançada a chamada para a expedição 387 que perfurará a parte superior da bacia da Foz do Amazonas, na margem equatorial do Brasil. Esta expedição acontecerá no primeiro semestre de 2020, entre 26 de abril e 26 de junho, e tem prazo de inscrições aberto até 1º de março.

Programa IODP

O International Ocean Discovery Program (IODP) é um programa internacional de pesquisas marinhas, que busca investigar e monitorar a história e a estrutura da Terra, a partir do registro em sedimentos e rochas do fundo do mar.

O programa reúne parte significativa da comunidade científica atuante nas ciências do mar em águas profundas de diversos países usando avançada tecnologia em perfuração oceânica.

Quer saber como funciona uma expedição marítima? Assista “O que é uma expedição”, uma produção de Cristiane Delfina, selecionada pelo edital 26/2017 para divulgação científica da expedição 369 - Australia Cretaceous Climate and Tectonics.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 18.02.2019

topo ↕

DIÁRIO DA MANHÃ-RS - CIDADE

Matrículas no Sisutec terminam hoje

Candidatos selecionados no Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) têm até hoje (28) para se matricular

Candidatos selecionados no Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) têm até hoje (28) para se matricular. O resultado da primeira chamada está disponível no site do Ministério da Educação (MEC).

As vagas para os cursos serão ocupadas, prioritariamente, por estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escolas da rede pública ou, se em instituições privadas, na condição de bolsista integral. O aluno também deverá ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 2013, sem zerar redação.

Para fazer a matrícula é necessário informar o número de inscrição e a senha usados no Enem de 2013. O número de inscrição e a senha de outras edições do exame não são aceitos.

O MEC informou que a divulgação dos resultados da segunda chamada está prevista para 1º de abril. Após as duas chamadas, todos os candidatos que tenham concluído o ensino médio poderão se candidatar às vagas remanescentes.

topo ↕

FOLHA MT - NOTÍCIAS

Estudo aponta que instalação de hidrelétricas no Tapajós pode afetar a reprodução de espécies migratórias

Em outros rios da Amazônia, já há uma drástica redução dos estoques pesqueiros associados à construção de hidrelétricas.

Estudo realizado no Rio Tapajós, no oeste do Pará, comprovou que os pescadores possuem profundo conhecimento sobre a ecologia e os padrões migratórios das espécies de peixes mais capturadas na região, trazendo informações que ainda não foram registradas na literatura científica. Os resultados da pesquisa permitem ainda prever possíveis impactos dos projetos hidrelétricos nos peixes e na pesca. A pesquisa foi publicada na revista internacional *Hydrobiologia*, qualificada no estrato A1 da área de Biodiversidade da **Capes**.

No Rio Tapajós, há a previsão de um complexo com mais de 40 barragens ao longo do rio, o que poderia afetar diretamente a reprodução de espécies migratórias como filhote, matrinhã e jaraqui.

O estudo foi realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pela Ufopa, participou da pesquisa o professor Gustavo Hallwass, do Campus de Oriximiná, que coordena o Laboratório de Ecologia Humana, Peixes, Pesca e Conservação (LEHPPEC).

Foram entrevistados 270 pescadores de 17 comunidades ribeirinhas ao longo de 550 km de rio, nos municípios de Santarém, Aveiro, Itaituba e Jacareacanga. Os pescadores indicaram rotas migratórias, sazonalidade, uso de habitats e possíveis áreas de desova

do filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), jaraqui (*Semaprochilodus* spp.), mapará (*Hypophthalmus marginatus*), matrinhã (*Brycon* spp.), tucunaré (*Cichla* spp.), acaratinga (*Geophagus* spp.) e pescada (*Plagioscion squamosissimus*), sendo as três últimas espécies sedentárias – que não migram para reproduzir.

Segundo a Ufopa, esse é um dos poucos estudos já realizados sobre o Rio Tapajós, se comparado a outros rios amazônicos. O filhote, por exemplo, tem sua distribuição e ecologia bem documentada em rios de águas brancas, mas havia poucas informações sobre a ocorrência e ecologia em rios de águas claras, como o Tapajós.

Hallwass, que estuda a relação entre o conhecimento tradicional e a ecologia de peixes, afirma que “cada conversa, cada entrevista com um pescador(a) é uma aula sobre a pesca, biologia e ecologia dos peixes da região. É incrível poder aprender e registrar o conhecimento tradicional de pescadores(as) que é transmitido de geração em geração. Devemos, como sociedade, valorizar e aprender com o conhecimento de populações tradicionais, como pescadores, quilombolas, indígenas, entre outros”.

Impactos das hidrelétricas

Ao relacionar o conhecimento tradicional a estudos científicos, foi possível prever impactos que hidrelétricas podem ocasionar.

Segundo o estudo, as espécies jaraqui e o filhote representam 28% de toda a captura da pesca de pequena escala no Baixo Tapajós. Em outros rios da Amazônia, já há uma drástica redução dos estoques pesqueiros associados a construção de hidrelétricas: de jaraqui no Rio Tocantins, próximo à UHE de Tucuruí; e dos grandes bagres do gênero *Brachyplatystoma*, como a dourada e o filhote, no Rio Madeira, afetados pelas UHE Santo Antônio e Jirau.

As barragens podem mudar o curso das águas, impedir migrações para desova e prejudicar o crescimento de peixes. De acordo com o estudo, as espécies que percorrem longos trajetos requerem ainda maior proteção, em nível regional e até mesmo nacional.

Hallwass alerta que se forem construídas as hidrelétricas no Rio Tapajós pode haver forte impacto na pesca e nos peixes da região, o que irá afetar diretamente a renda e a segurança alimentar de milhares de famílias que dependem do peixe para sua alimentação e sustento ao longo do rio. “Assim, espera-se que os órgãos governamentais estejam atentos aos fortes impactos e prejuízos à população local que esses projetos podem causar”, pontuou.

*Com informações da Ufopa

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Estudantes de escola em Porto Velho estão sem merenda escolar há quatro dias. Diretoria da unidade aguarda licitação para resolver o problema. Escola João Bento da Costa é uma das maiores unidades de ensino público da capital.

Estudantes da Escola Estadual João Bento da Costa, em Porto Velho, estão há quatro dias sem merenda escolar na unidade. A confirmação veio de alunos da própria escola e da diretoria da unidade que recebeu a equipe da Rádio CBN Amazônia na manhã desta terça-feira (19).

Segundo a diretoria da escola, os estudantes tiveram a última merenda há cerca de quatro dias e as profissionais responsáveis pelo preparo da comida estão no local, mas sem material necessário para preparar a merenda.

A diretoria disse, ainda, que aguarda uma licitação pelo Conselho Regional de Educação (CRE) marcada para a próxima quinta-feira (21), onde espera que o problema seja resolvido.

Um estudante da Escola João Bento da Costa confirmou o fato e disse que alunos do 3º ano do ensino médio precisam ficar, em alguns dias da semana, após o meio dia e que a falta da merenda acaba comprometendo a produtividade em sala de aula.

Segundo o estudante, para driblar a maratona de quase cinco horas de estudo, alunos estão levando o próprio lanche de casa.

O que diz a lei?

A Lei Nº 11.947/2009 prevê que o Estado forneça alimentação gratuita dentro do ambiente escolar durante o período letivo. Ainda a segundo a lei, a alimentação escolar é um direito dos alunos da educação básica pública obrigatória.

Escola João Bento da Costa

A escola fica no bairro Eldorado, Zona Sul de Porto Velho e é conhecida por ser uma das maiores unidades de ensino público da cidade. São mais de mil estudantes matriculados no ensino médio nos turnos da manhã, tarde e noite.

A escola também é conhecida por aplicar o Projeto Terceirão aos estudantes do 3º ano do ensino médio, modelo que consiste em aulas extras e didáticas com foco no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

topo 

G1 - TEMPO REAL

Servidores da rede municipal de ensino entram em greve em Mathias Lobato Segundo o Sindicato, eles cobram pagamento dos salários atrasados, um terço de férias e acerto da rescisão dos contratados temporários.

Servidores da rede municipal de ensino de Mathias Lobato entraram em greve por tempo indeterminado nesta terça-feira (19). Segundo o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), cerca de cem profissionais aderiram ao movimento, incluindo professores e pessoal técnico-administrativo.

Dentre os motivos que levaram à interrupção dos trabalhos, os grevistas apontam a falta do pagamento dos meses de outubro, novembro, dezembro e 13º salário de 2018. O movimento também exige o pagamento do um terço de férias e acerto da rescisão dos contratados temporários.

Segundo a categoria, o município apresentou proposta de parcelamento dos vencimentos atrasados em dez parcelas, iniciando pelo mês de março. “A proposta foi considerada insuficiente, frustrante e aquém das expectativas dos servidores em Educação; já a falta de proposta de reajuste para o pessoal técnico e administrativo

causou indignação aos profissionais desta área, que têm como prioridade em pauta de reivindicações, a unificação com o Plano de Cargos, Carreiras e Valorização dos Profissionais de Educação Básica do Município de Mathias Lobato”, informou o sindicato por meio de nota.

O G1 tentou contato com a Prefeitura de Mathias Lobato, mas ninguém foi encontrado para comentar o assunto.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Política de alfabetização não deve se pautar em metodologia única, diz MEC Prova de alfabetização na escola Municipal Adolpha Bartsch, em Joinville, em 2015

A secretária de educação básica do MEC (Ministério da Educação), Tania Leme de Almeida, afirmou hoje que a política de alfabetização estabelecida como pauta prioritária para os primeiros 100 dias do governo Jair Bolsonaro (PSL) não deve ser pautada em uma única metodologia.

"O que pretendemos entregar para a Casa Civil seria uma política nacional de alfabetização, e estamos nesse momento em um árduo estudo de possíveis ações -- lógico que pautado em evidências científicas", disse durante um painel no seminário Educação Já, realizado em São Paulo pelo Todos Pela Educação, a FGV (Fundação Getulio Vargas) e o MIT (Massachusetts Institute of Technology). "Acho que cabe a mim dizer nesse momento que a política de alfabetização não deve ser pautada em uma única metodologia."

A secretária afirmou ainda ser necessário pensar em cada aluno como um "universo", e que, na visão dela, cada um tem sua melhor forma de aprender. "[É preciso] Respeitar o ser, respeitar o indivíduo nessa sua pluralidade de aprender também", afirmou Tania no evento.

Esta foi a primeira declaração pública da secretária após tomar posse em janeiro deste ano.

A fala acontece após rumores de que a política de alfabetização poderia ter como base apenas o método fônico, em detrimento de outras formas de trabalho, como o letramento.

O secretário da recém-criada secretaria de alfabetização, Carlos Nadalim, é defensor do método fônico. Engenheira, Tania é professora do Centro Paula Souza, em São Paulo, e foi diretora da Fatec de São Carlos.

O método do fônico apresenta às crianças os sons de cada letra antes de ensiná-las a construir palavras e textos. O letramento tem foco na consequência da ação de ler, isto é, no entendimento da palavra e dos textos.

Em um vídeo em seu canal no YouTube, Nadalim critica o que chama de métodos construtivistas, que segundo ele têm uma "preocupação exagerada com a construção de uma sociedade igualitária, democrática e pluralista, em formar leitores críticos, engajados e conscientes"